

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2025



Onde o cuidado pelas pessoas se transforma em futuro.

CERCIG - Cooperativa de Solidariedade Social

Índice

Relatório de Gestão	4
Introdução.....	4
Enquadramento Económico e Social.....	4
Atividade da CERCIG em 2025.....	4
Recursos Humanos	5
Investimento	6
Análise Económica e Financeira	8
Perspetivas Futuras	9
Proposta de Aplicação de Resultados	9
Considerações Finais.....	10
Resultados - Eixos.....	12
Eixo 1- Qualidade e Melhoria Contínua.....	12
Eixo 2 - Novos projetos e investimentos	12
Eixo 3 - Gestão de Recursos Humanos	12
Eixo 4 - Comunicação e Marketing	13
Eixo 5- Respostas Sociais / Serviços	13
Eixo - 6 Sustentabilidade	13
Eixo 7- Parcerias.....	14
Eixo 8 – Vida Associativa / Cooperativa	14
Demonstrações Financeiras	16
Balanço individual	16
Demonstração individual dos resultados por naturezas	17
Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais.....	18
Demonstração individual dos fluxos de caixa	19
Anexo	20
Relatório de Auditoria	40
Parecer do Conselho Fiscal.....	44

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A CERCIG reafirmou, ao longo do último ano, o seu papel enquanto cooperativa de referência no apoio às pessoas com incapacidade e às suas famílias. Este percurso, construído com sentido de missão, responsabilidade e compromisso social, continua a orientar cada passo da instituição.

O ano de 2025 constituiu mais um marco significativo. Num contexto social marcado por desafios e mudanças constantes, a cooperativa conseguiu manter uma gestão estável e responsável, garantindo a continuidade das respostas sociais já existentes e criando bases sólidas para o desenvolvimento de novos projetos essenciais ao futuro e engrandecimento da organização.

Este trabalho só é possível graças ao empenho e colaboração de muitos. O Conselho de Administração manifesta, por isso, o seu profundo agradecimento a todos os colaboradores, cooperantes, procurando assegurar, com todos, que cada decisão tenha contribuído para a sustentabilidade da cooperativa e para o reforço da sua capacidade de intervenção junto da comunidade.

Com confiança no caminho já trilhado, continuaremos a construir uma cooperativa forte, preparada para responder às necessidades da comunidade e comprometida com um futuro sustentado e responsável.

Guarda, 13 de março de 2026

Joaquim Brigas



I - Órgãos Sociais

Mensagem do Diretor Geral

O ano de 2025 foi um período de grande exigência para a CERCIG, marcado por desafios operacionais significativos e pela necessidade de assegurar, em permanência, respostas sociais de qualidade às pessoas e famílias que acompanham o nosso trabalho.

Ao longo do ano, a cooperativa procurou responder com rigor e sentido de responsabilidade às exigências do seu funcionamento diário, garantindo a estabilidade das respostas existentes e reforçando a organização interna necessária para enfrentar novos desafios.

Os resultados alcançados refletem o esforço coletivo de toda a equipa. O exercício terminou com um resultado positivo, traduzindo uma gestão prudente dos recursos disponíveis e contribuindo para o reforço da sustentabilidade da cooperativa.

Importa reconhecer o empenho e dedicação de todos os colaboradores, cujo trabalho diário torna possível cumprir a missão da CERCIG. É também devido um agradecimento aos parceiros institucionais, entidades públicas, cooperantes e famílias que continuam a confiar na nossa ação.

O caminho que temos pela frente exige continuar a trabalhar com rigor, proximidade e sentido de responsabilidade, procurando melhorar continuamente as respostas que prestamos à comunidade.

Guarda, 13 de março de 2026

Ricardo Antunes



II - Jantar de Natal 2025

Relatório de Gestão

Introdução

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar, de forma verdadeira e apropriada, a evolução da atividade da CERCIG ao longo do exercício de 2025, bem como a sua situação económica e financeira.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), refletindo com rigor a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da instituição.

O ano de 2025 decorreu num contexto social exigente, marcado pelo aumento dos custos operacionais e pela crescente complexidade das necessidades sociais, tendo a CERCIG mantido o seu compromisso com a prestação de serviços de qualidade e com a sustentabilidade da sua atividade.

Enquadramento Económico e Social

O contexto económico nacional e internacional continuou a apresentar desafios relevantes, nomeadamente ao nível da inflação, dos custos energéticos e da pressão sobre os serviços sociais.

No setor social, verificou-se um aumento da procura de respostas sociais, associado ao envelhecimento da população, à persistência de situações de vulnerabilidade social e à necessidade de reforço de respostas dirigidas a pessoas com deficiência.

Neste enquadramento, a CERCIG prosseguiu a sua missão de apoio às pessoas e famílias, garantindo a continuidade das respostas existentes e desenvolvendo novos projetos estruturantes, essenciais para responder às necessidades emergentes da comunidade.

Atividade da CERCIG em 2025

Durante o exercício de 2025, a CERCIG desenvolveu a sua atividade nas diversas respostas sociais e projetos, assegurando o acompanhamento e apoio a um número significativo de utentes e famílias.

A instituição manteve o foco na promoção da inclusão social, da autonomia e da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade.

Ao longo do ano destacam-se:

- A continuidade das respostas sociais existentes, com níveis elevados de ocupação e qualidade de serviço;

- O desenvolvimento de atividades de natureza social, educativa e ocupacional;
- O reforço das parcerias com entidades públicas e privadas;
- A implementação de práticas de melhoria contínua e controlo da qualidade.

No âmbito dos projetos estruturantes, destacam-se os investimentos em curso, designadamente:

- Construção da ERPI de Maçainhas;
- Construção de uma Habitação Colaborativa;
- Construção de um Alojamento Urgente e Temporário;
- Construção de uma Unidade de Cuidados Continuados.

Estes projetos representam um investimento estratégico relevante, orientado para o reforço da capacidade de resposta da instituição.

Recursos Humanos

Os recursos humanos constituem um fator crítico de sucesso na atividade da CERCIG.

Durante o ano de 2025, a instituição contou com uma equipa multidisciplinar composta por técnicos especializados, colaboradores operacionais e pessoal administrativo, garantindo o funcionamento regular das respostas sociais.

A CERCIG manteve o seu compromisso com a valorização dos colaboradores, através de ações de formação, iniciativas de melhoria das condições de trabalho e promoção de um ambiente organizacional estável.

Neste âmbito, foram reforçadas políticas internas orientadas para o bem-estar e equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, destacando-se a atribuição de 31 dias de férias no ano de 2025, a possibilidade de dispensa para consultas médicas até duas horas mediante aprovação da coordenação, bem como a disponibilização de mecanismos de apoio social aos colaboradores, nomeadamente através da concessão de empréstimos sem juros.

Paralelamente, foram promovidas iniciativas de promoção da saúde e bem-estar, como a disponibilização de aulas de yoga gratuitas, bem como a criação de momentos de convívio e proximidade entre colaboradores, incluindo a dinamização de espaços informais como bares internos. Estas medidas contribuem para o reforço do espírito de equipa, motivação e satisfação dos colaboradores.

Os gastos com pessoal ascenderam a 1 627 105,06 €, refletindo o investimento contínuo na qualificação e estabilidade das equipas.



III - Viagem de Colaboradores 2025

Investimento

No exercício de 2025, a CERCIG deu continuidade a um conjunto significativo de investimentos em infraestruturas e projetos sociais.

Os investimentos em curso estão essencialmente associados ao desenvolvimento de novas respostas sociais, nomeadamente nas áreas da habitação, cuidados continuados e respostas residenciais.

Estes investimentos são suportados, em parte, por financiamentos e incentivos públicos, destacando-se, pela sua relevância, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0), enquanto grandes programas de

financiamento que têm permitido impulsionar a concretização de investimentos estruturantes e reforçar a capacidade de resposta futura da cooperativa.



IV - Obras da Habitação Colaborativa



V - Obras ERPI Maçainhas



VI - Obra Alojamento Urgente e Temporário



VII - Obra Unidade de Cuidados Continuados

Análise Económica e Financeira

No exercício de 2025, a CERCIG apresentou um desempenho económico positivo, evidenciando uma gestão prudente e equilibrada dos recursos.

Os principais indicadores económicos foram os seguintes:

- Vendas e serviços prestados: 1 780 348,77 €
- Subsídios, doações e legados à exploração: 1 402 989,34 €
- Fornecimentos e serviços externos: 798 214,85 €
- Gastos com pessoal: 1 627 105,06 €

O exercício encerrou com um resultado líquido positivo de 344 323,52 €, contribuindo para o reforço dos fundos patrimoniais e da sustentabilidade financeira da instituição.

A análise do balanço evidencia uma situação patrimonial equilibrada, sustentada pelo investimento contínuo em ativos e projetos estruturantes.



Perspetivas Futuras

Para o exercício de 2026, a CERCIG pretende dar continuidade à sua estratégia de crescimento e consolidação, com enfoque em:

- Conclusão dos projetos estruturantes em curso;
- Reforço das respostas sociais existentes;
- Promoção da sustentabilidade económica e financeira;
- Valorização dos recursos humanos;
- Reforço das parcerias institucionais.

O contexto externo continuará a exigir capacidade de adaptação, rigor na gestão e foco na missão social da instituição.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo de 344 323,52 € do exercício de 2025 seja aplicado conforme artigo 69º, 70º e 71º dos Estados, da seguinte forma: 60% em Reservas Legais, 20% Reservas para a Educação e Formação e 20% em Reservas de Sociais, contribuindo para o reforço da autonomia financeira da instituição.

Considerações Finais

O exercício de 2025 ficou marcado pela consolidação da atividade da CERCIG, pelo reforço da sua sustentabilidade económica e financeira e pelo desenvolvimento de projetos estruturantes de elevada relevância social, que contribuirão para o fortalecimento da sua capacidade de resposta futura.

Os resultados alcançados ao longo do ano evidenciam a capacidade da cooperativa para responder, com estabilidade, rigor e sentido estratégico, aos desafios colocados pela sua missão e pelo contexto em que desenvolve a sua atividade.

Importa ainda assinalar que o exercício de 2025 corresponde ao primeiro ano em que as contas da cooperativa são objeto de auditoria externa, representando este facto um passo relevante no reforço da transparência, do rigor e da credibilidade da CERCIG.

A CERCIG prosseguirá o seu percurso de desenvolvimento sustentado, assente na qualificação das respostas sociais, na valorização das pessoas, na boa gestão dos recursos e na concretização de projetos com impacto social, mantendo como referência a promoção da dignidade, da inclusão e da qualidade de vida das pessoas que acompanha.



VIII - A nossa Lurdes conquista a medalha de ouro e leva Portugal ao topo do mundo nos Jogos Mundiais de Inverno Special Olympics 2025, em Turim, Itália!



IX - Oito atletas da nossa Escola de Kempo Adaptado representaram Portugal no 4.º IKF World Adapted Kempo Championships 2025 e trouxeram para casa 17 medalhas:



X - Colónia de Férias Inclusiva '25

Resultados - Eixos

Eixo 1- Qualidade e Melhoria Contínua

Objetivos	Indicadores	Previsto	Realizado	Desvio
Obter certificações da qualidade	Certificações ISSO 9001	1	0	1
Controlar reclamações	N.º de reclamações	<2	0	0
Controlar /medir Críticas	N.º de críticas	<2	0	0
Aumentar sugestões	N.º de sugestões	> 5	0	1
Controlar /medir Ocorrências	N.º de ocorrências	<5	0	0
Controlar /medir não conformidades	N.º de não conformidades	<2	0	0
Cumprir Plano de Desenvolvimento da Qualidade	% Cumprimento do Plano	>70%	N/A	
Cumprir Plano e ações de melhoria	% Cumprimento do Plano	>70%	N/A	
Garantir satisfação global	Nível de satisfação Global	>85%	N/A	
Avaliar/rever Serviços/Respostas Sociais	N.º de Respostas Sociais/Serviços revistos	3	3	3

Eixo 2 - Novos projetos e investimentos

Objetivos	Indicadores	Meta 2025	Realizado
Desenvolver novos serviços de inovação e desenvolvimento	N.º de novos Serviços de Inovação e desenvolvimento	1	1
Criar Respostas Sociais/ Serviços	N.º de Novas Sociais/Serviços	1	1
Cumprir o plano e orçamento para 2025 no que respeita ao investimento	Relatório de contas da gestão de 2025	<15 000 €	
Aumentar a frota automóvel	N.º de viaturas adquiridas	1	3

Eixo 3 - Gestão de Recursos Humanos

Objetivos	Indicadores	Meta 2025	Realizado
Manter nº de Colaboradores	Quadro de pessoal (fluxos de entradas e saídas)	0	0
Cumprir Plano de Formação Interna	% de cumprimento do plano	>70%	40%
Realizar avaliação de desempenho aos colaboradores	% de colaboradores avaliados	>70%	0%
Garantir satisfação dos colaboradores	% de satisfação de colaboradores	>80%	0%
Aumentar o nº de atividades integração	N.º Atividades Integração	+ 6	+6

Manter a taxa de ocupação	Taxa de Ocupação Respostas Sociais / Serviços	+ 90 %	+90%
---------------------------	---	--------	------

Eixo 4 - Comunicação e Marketing

Objetivos	Indicadores	Meta 2025	Realizado
Cumprir o Plano de Comunicação e Marketing	% de cumprimento do Plano de Comunicação e Marketing	>70%	>70%
Dar a conhecer as Respostas Sociais/Serviços	% de conhecimento dos serviços por parte dos cooperantes e comunidade	>50%	>50%

Eixo 5- Respostas Sociais / Serviços

Objetivos	Indicadores	Meta 2025	Realizado
Aumentar o n.º de clientes	N.º de clientes	+20	+20
Cumprir planos	% de cumprimento de planos	>70%	>70%
Envolver clientes no planeamento	Nº de clientes envolvidos	2	0
Garantir a satisfação dos clientes	% de satisfação de clientes	>85%	N/A
Garantir taxa de ocupação das Respostas Sociais/Serviços	Clientes/ capacidade instalada	>90%	>90%
Dar resposta às necessidades e expectativas dos clientes	Taxa de realização dos serviços descritos nos PIs	90%	90%
Desenvolver atividades de inclusão/integração	% de cumprimento do Plano de Inclusão /Integração	>70%	>70%
Desenvolver outras atividades não previstas em plano	N.º de atividades não previstas	>10	>10

Eixo - 6 Sustentabilidade

Objetivos	Indicadores	Meta 2025	Realizado
Garantir resultados líquidos positivos na Gestão	Relatório de contas do exercício de 2025	>20 000€	344 323,52€
Manter os custos com fornecimento de serviços externos	Relatório de contas do exercício de 2025	-	Analisar Contas
Aumentar receitas	Relatório de contas do exercício de 2025	>1%	Analisar Contas

Eixo 7- Parcerias

Objetivos	Indicadores	Meta 2025	Realizado
Aumentar número de novas parcerias	N.º de novas parcerias	2	2
Realizar atividades em parceria	N.º de atividades realizadas	5	>5
Garantir satisfação dos parceiros	% de satisfação de parceiros	>80%	N/A

Eixo 8 – Vida Associativa / Cooperativa

Objetivos	Indicadores	Meta 2025	Realizado
Organizar o n.º de cooperantes	Nova Lista de Cooperantes	Lista Real	Realizada
Garantir satisfação dos cooperantes	% de satisfação de cooperantes	>85%	N/A



XI - CERCIG participa no ContraDança - Festival de Dança e Movimento Contemporâneo, ao lado de outros artistas, levando arte, movimento e emoção às ruas da Guarda.



XII - O nosso grupo de dança inclusiva Sem Limites marcou presença na sessão de abertura da 1.ª Eliminatória do Concurso “Mostra o que Vales”, organizado pelo Centro Comercial La Vie da Guarda.



XIII - Gala do Desporto da Guarda, os atletas da Escola de Kempo da CERCIG, associada da AEMA, foram justamente distinguidos no Kempo Adaptado.

Demonstrações Financeiras

Balanço individual

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ACTIVO			
<u>Activo não corrente</u>			
Activos fixos tangíveis	4	7 303 758,69	4 644 504,66
Activos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.4.3	1 316,35	17 636,49
Outros créditos e ativos não correntes	9.2/11.2/11.4.1	195 768,31	1 125 703,18
		7 500 843,35	5 787 844,33
<u>Activo Corrente</u>			
Inventários	7	6 474,11	1 495,56
Créditos a receber	11.4.1	3 545 413,73	2 026 316,87
Estado e outros entes públicos	15.1.2	215 501,34	60 450,70
Diferimentos	15.1.1	1 734,16	362,43
Caixa e depósitos bancários	3 / 11.4.4	2 302 582,79	2 206 094,70
		6 071 706,13	4 294 720,26
Total do activo		13 572 549,48	10 082 564,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		4 357,00	4 357,00
Reservas		2 494 744,74	2 156 944,75
Resultados transitados		1 551 822,60	1 551 822,60
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10.1	6 790 564,75	4 572 650,22
		10 841 489,09	8 285 774,57
Resultado líquido do período		344 323,52	337 799,99
Total dos fundos patrimoniais		11 185 812,61	8 623 574,56
Passivo			
<u>Passivo não corrente</u>			
Financiamentos obtidos	11.4.2	1 207 985,10	751 802,64
		1 207 985,10	751 802,64
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	3 / 11.4.1	59 581,48	68 142,18
Estado e outros entes públicos	15.1.2	229 054,85	84 790,62
Financiamentos obtidos	10.4.2	50 135,76	48 197,36
Diferimentos	15.1.1	253 160,72	205 113,47
Outros passivos financeiros	11.4.1	586 818,96	300 943,76
		1 178 751,77	707 187,39
Total do passivo		2 386 736,87	1 458 990,03
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		13 572 549,48	10 082 564,59

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors:
João Pinheiro
Paula Machado
Paula Machado
Paula Machado

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant:
CC. Nº 58143

Demonstração individual dos resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	8	1 780 348,77	1 652 933,01
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 402 989,34	1 247 137,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(52 506,95)	(43 472,90)
Fornecimentos e serviços externos	15.1.4	(798 214,85)	(761 347,96)
Gastos com o pessoal	12	(1 627 105,06)	(1 474 980,80)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	(335,88)
Outros rendimentos	15.1.3	72 938,03	71 556,85
Outros gastos	15.1.3	(323 963,98)	(266 477,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		454 485,30	425 013,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 / 5	(146 657,24)	(141 409,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		307 828,06	283 603,56
Juros e rendimentos similares obtidos	8	36 495,46	54 196,43
Resultado antes de impostos		344 323,52	337 799,99
Resultado líquido do período		344 323,52	337 799,99

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors:
 José António Monteiro
 João António
 Paulo Machado
 Vânia Patrícia Soares

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant:
 CC. Nº 58143

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2024		4 357,00	1 872 704,45	1 551 822,60	4 621 049,26	284 240,30	8 334 173,61	8 334 173,61
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		284 240,30		(48 399,04)	(284 240,30)	(48 399,04)	(48 399,04)
		0,00	284 240,30	0,00	(48 399,04)	(284 240,30)	(48 399,04)	(48 399,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					337 799,99	337 799,99	337 799,99
RESULTADO EXTENSIVO 4=2+3		0,00	284 240,30	0,00	(48 399,04)	53 559,69	289 400,95	289 400,95
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2024 6=1+2+3+5		4 357,00	2 156 944,75	1 551 822,60	4 572 650,22	337 799,99	8 623 574,56	8 623 574,56

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members.

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant.
CC. Nº 58143

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período findo em 31 de Dezembro de 2025								
Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2025		4 357,00	2 156 944,75	1 551 822,60	4 572 650,22	337 799,99	8 623 574,56	8 623 574,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		337 799,99		2 217 914,53	(337 799,99)	2 217 914,53	2 217 914,53
		0,00	337 799,99	0,00	2 217 914,53	(337 799,99)	2 217 914,53	2 217 914,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					344 323,52	344 323,52	344 323,52
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8		0,00	337 799,99	0,00	2 217 914,53	6 523,53	2 562 238,05	2 562 238,05
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2025 6+7+8+10		4 357,00	2 494 744,74	1 551 822,60	6 790 564,75	344 323,52	11 185 812,61	11 185 812,61

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members.

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant.
CC. Nº 58143

Demonstração individual dos fluxos de caixa

RUBRICAS+B7:E57	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 788 923,64	1 665 412,26
Pagamentos de apoios		(147 978,62)	(141 682,34)
Pagamentos de bolsas		(129 114,67)	(128 415,62)
Pagamentos a fornecedores		(865 632,78)	(784 227,42)
Pagamentos ao pessoal		(1 605 635,01)	(1 487 587,96)
Caixa gerada pelas operações		(959 437,44)	(876 501,08)
Outros recebimentos/pagamentos		1 826 659,83	1 054 996,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		867 222,39	178 495,70
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(2 562 060,32)	(1 352 926,06)
Investimentos financeiros		(500,00)	(0,00)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		17 158,40	0,00
Subsídios ao investimento		1 309 841,21	801 113,55
Juros e rendimentos similares		36 495,46	54 196,43
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1 199 182,31)	(497 733,14)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		507 760,23	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(49 639,37)	0,00
Juros e gastos similares		(29 672,85)	(40 755,01)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		428 448,01	(40 755,01)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		96 488,09	(359 992,45)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.4.4	2 206 094,70	2 566 087,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4.4	2 302 582,79	2 206 094,70

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members:
João Pinheiro
Paula Machado
Paula Machado
Paula Machado

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant
CC. Nº 58143

Anexo

1. Identificação da entidade e período de relato

1.1. Denominação da Entidade:

CERCIG - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Guarda, CRL

NIPC: 500 697 930

1.2. Lugar da Sede Social:

Parque da saúde da Guarda, 6300-777 Guarda

1.3. Natureza da atividade:

Instituição sem fins lucrativos (Cooperativa) com utilidade pública reconhecida, que protagoniza a sua intervenção junto dos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência e/ou problemas de inserção socioprofissional), com a finalidade de defender os seus direitos individuais e de cidadania, designadamente para a promoção do direito à igualdade de oportunidades e melhoria da sua qualidade de vida.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2. *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as Entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na

legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As demonstrações financeiras do exercício de 2025 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2024.

Destaca-se que no exercício de 2023 foi considerado o entendimento referido pela FAQ 39 emitida pela CNCE em 24 de novembro de 2023, de que as verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado (Segurança Social) e as Entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, devem ter o seguinte enquadramento: Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (conta 72). Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (conta 75).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela Administração.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor nominal.

Inventários

- Mercadorias e Matérias-Primas – As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados no balanço na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, incluindo quer as mensalidades dos utentes, quer a partir de 2023, também as comparticipações mensais da Segurança Social de apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos).

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

- Financiamentos obtidos (empréstimos)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, caso não reúnam as condições para a sua capitalização de acordo com os § 10.5 e seguintes da NCRF-ESNL.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

- Princípio do acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outros créditos a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência

objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a Entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são

reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Rubricas	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros activos tangíveis:						
* Terrenos e recursos naturais	20 664,75 €	0,00 €	20 664,75 €	20 664,75 €	0,00 €	20 664,75 €
* Edifícios e outras construções	3 705 029,82 €	1 991 197,84 €	1 713 831,98 €	3 696 567,08 €	1 895 329,72 €	1 801 237,36 €
* Equipamento básico	925 927,27 €	854 761,23 €	71 166,04 €	921 746,02 €	828 425,42 €	93 320,60 €
* Equipamento administrativo	171 830,95 €	161 025,36 €	10 805,59 €	159 203,07 €	158 997,01 €	206,06 €
* Equipamento de transporte	608 189,60 €	459 801,90 €	148 387,70 €	517 765,14 €	437 539,92 €	80 225,22 €
* Outros activos fixos tangíveis	3 731,18 €	3 351,46 €	379,72 €	3 731,18 €	3 188,48 €	542,70 €
* Investimentos em Curso	5 338 522,91 €	0,00 €	5 338 522,91 €	2 648 307,97 €	0,00 €	2 648 307,97 €
Total	10 773 896,48 €	3 470 137,79 €	7 303 758,69 €	7 967 985,21 €	3 323 480,55 €	4 644 504,66 €

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2024	Adições	Alienações	Depreciações	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2025
Outros ativos tangíveis:						
* Terrenos e recursos naturais	20 664,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20 664,75 €
* Edifícios e outras construções	1 801 237,36 €	0,00 €	0,00 €	95 868,12 €	8 462,74 €	1 713 831,98 €
* Equipamento básico	93 320,60 €	5 094,23 €	0,00 €	27 248,79 €	0,00 €	71 166,04 €
* Equipamento de transporte	80 225,22 €	90 424,46 €	0,00 €	22 261,98 €	0,00 €	148 387,70 €
* Equipamento administrativo	206,06 €	11 714,90 €	0,00 €	1 115,37 €	0,00 €	10 805,59 €
* Outros activos fixos tangíveis	542,70 €	0,00 €	0,00 €	162,98 €	0,00 €	379,72 €
* Investimentos em curso	2 648 307,97 €	2 698 677,68 €	0,00 €	0,00 €	-8 462,74 €	5 338 522,91 €
Total	4 644 504,66 €	2 805 911,27 €	0,00 €	146 657,24 €	0,00 €	7 303 758,69 €

Os investimentos em curso referem-se maioritariamente à aquisição em 2018 do imóvel do Centro Social e Paroquial de Maçainhas e em 2023 à aquisição dos imóveis para o Alojamento Urgente e Temporário e Habitação Colaborativa, ao ERPI de Maçainhas às Unidades Residenciais Casa do Caseiro e respetivas obras de alteração, ampliação, reabilitação e construção, todas em curso no final de 2025.

Destaca-se que cumprindo o previsto nos §10.5 e seguintes da NCRF-ESNL, foram capitalizados em investimento em curso (ativos fixos tangíveis em curso) os juros e demais encargos com o financiamento bancário contraídos especificamente para a construção do ERPI de Maçainhas, no montante global de 102.719,59 euros, dos quais 28.422,85 euros são provenientes de 2025.

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos

No final do exercício de 2025 e para efeitos de financiamento bancário contraído na CCAM, no exercício de 2022, no valor de 800.000 euros, relacionado especificamente com as obras na ERPI de Maçainhas, foi constituída hipoteca voluntária do imóvel prédio urbano, constituído por um edifício de rés-do-chão, e dois andares, com logradouro, sito na Rua Envolvente ao Parque Municipal, Parques de Saúde da Guarda, freguesia e concelho da Guarda, descrito na Conservatória de Registo Predial da Guarda com o n.º 3471 e inscrito na matriz predial urbano com o artigo 7850, existindo assim restrições à titularidade de tal ativo fixo tangível da Instituição. Em 31/12/2025 o saldo em dívida do financiamento bancário contraído é de 750.360,63 euros (somente em janeiro de 2025 foi iniciado o reembolso de capital).

5. Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações

Em ativos intangíveis, encontram-se registados projetos de desenvolvimento no valor de 780,50 euros e programas de computador no montante de 8.913,73 euros.

Estes ativos estão totalmente amortizados.

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. Imparidade de ativos

6.1. Para cada classe de ativos:

a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas)

Não existem clientes e utentes de cobrança duvidosa, pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade no período de 2025.

- b) Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);

A rubrica de clientes e utentes englobam no final do exercício de 2025 saldos referentes a dívidas com antiguidade superior a um ano. No presente exercício não foram constituídas nem reforçadas as perdas por imparidade para dívidas de clientes e utentes de cobrança duvidosa e de conta corrente com antiguidade em virtude da forte expectativa da Instituição em receber tais dívidas, continuando os serviços administrativos e financeiros da Entidade a intentar os devidos procedimentos de cobrança dos mesmos, pelo que é expectativa do Conselho de Administração que a maioria daqueles saldos respeitem a valores cuja expectativa de realização ainda se mantém, tal como ocorrido em 2025, definindo-se o limite temporal do final do ano de 2026 para a recuperabilidade dos saldos de clientes em causa, findo o qual serão reconhecidas as imparidades que eventualmente se mostrem devidas.

Em 31 de Dezembro de 2025 não existem mais situações objetivas e relevantes de reconhecimento de perdas por imparidade dos ativos apresentados no balanço.

7. Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a Entidade:

Rubricas	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 474,11 €	0,00 €	6 474,11 €	1 495,56 €	0,00 €	1 495,56 €
Total	6 474,11 €	0,00 €	6 474,11 €	1 495,56 €	0,00 €	1 495,56 €

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsid. e consumo
Inventários iniciais	0,00 €	1 495,56 €
Compras	17 078,84 €	40 406,66 €
Regularização de inventários	0,00 €	0,00 €
Inventários Finais	0,00 €	6 474,11 €
Gasto do período.....	17 078,84 €	35 428,11 €

8. Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a Entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela Entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Entidade, recebidos e a receber de sua própria conta. Quando aplicável, as quantias cobradas por conta de terceiros são excluídas do rédito.

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Vendas de bens	23 097,72 €	16 373,05 €	6 724,67 €
Prestação de serviços - utentes	554 446,03 €	523 673,76 €	30 772,27 €
Prestação de serviços - Segurança Social	1 202 805,02 €	1 112 886,20 €	89 918,82 €
Juros	36 495,46 €	54 196,43 €	-17 700,97 €
Total.....	1 816 844,23 €	1 707 129,44 €	109 714,79 €

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões

Em 31/12/2025 não existiam provisões registadas.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço

Em 31/12/2025 não se verifica nenhum passivo contingente.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das Entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Outros variações nos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Subsídios ao investimento	4 572 650,22 €	2 267 489,50 €	49 574,97 €	6 790 564,75 €
Total	4 572 650,22 €	2 267 489,50 €	49 574,97 €	6 790 564,75 €

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos financeiros, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Instituição considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

A Instituição teve aprovado e em curso um projeto de investimento para a construção de um edifício novo e aquisição de equipamentos (Lar Residencial), o qual tem subjacente um subsídio não reembolsável ajustado de 663.991,63 euros, que cumprindo os requisitos estabelecidos no capítulo 14 da NCRF-ESNL, foi contabilizado como componente do fundo patrimonial.

Está também considerado no fundo patrimonial um subsídio não reembolsável no montante de 75.000 euros relacionado com investimento iniciado no exercício de 2013, consubstanciado na construção de um centro especial de emprego, aprovado pela iniciativa comunitária Programa Operacional Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha (POCTEP), no âmbito do projeto “RED AMBASAGUAS”.

No exercício de 2013 foram também reconhecidos nesta conta de subsídios ao investimento dos Fundos Patrimoniais dois contratos relacionados com candidaturas da Instituição ao Programa Energia do PO Centro – Mais Centro, para efeitos de melhoria da utilização racional da energia e eficiência energética ambiental em equipamentos coletivos. Tais intervenções foram efetuadas no edifício Sede e no Bloco E – CRP e respeitam a investimento ao nível de painéis solares, iluminação e certificação energética. O total ajustado das comparticipações aprovadas cifra-se em 171.337,96 euros, valor já recebido na totalidade em anos anteriores.

Para além destes subsídios, estão reconhecidos no fundo patrimonial sete subsídios provenientes de investimentos realizados e recebidos integralmente em anos transatos.

No exercício de 2022 foram reconhecidos três subsídios ao investimento no montante global de 3.654.213,11 euros relacionados com candidaturas da Instituição para as seguintes intervenções: ERPI Maçainhas (1.184.928,00 euros); Alojamento Urgente e Temporário

(1.056.105,11 euros) e Habitação Colaborativa (1.413.180,00 euros) Estes investimentos foram iniciados no decorrer do final de 2023/início de 2024, tendo-se considerado numa base de estimativa o recebimento de 50% no decorrer do ano de 2025, na perspetiva da sua apresentação no ativo do balanço e de forma consistente com o ano transato.

Em 2025 os valores anteriores foram ajustados através de aditamentos aos contratos, totalizando um montante global de 4.275.654,61 euros (ERPI Maçainhas 1.523.733,50 euros e Habitação Colaborativa 1.695.816,00 euros).

Ainda em 2025, foram reconhecidos no fundo patrimonial quatro novos incentivos no valor total de 1.646.048,00 euros: PRR Viaturas elétricas de 40.000,00 euros e 25.000,00 euros, PRR Unidade de Cuidados Continuados no montante de 1.260.000,00 euros e PRR Obra CACI no valor de 321.048,00 euros.

Decorrente de o PRR findar no exercício de 2026, os investimentos terão de estar concluídos até ao final desse ano. Pelo exposto anteriormente, os valores por receber dos incentivos ao investimento, foram apresentados no ativo corrente do Balanço de 2025.

No corrente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 49.574,97 euros, ficando a rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais – Subsídios” a apresentar um valor de 6.790.564,75 euros.

Foram ainda reconhecidos na demonstração de resultados do presente exercício 1.402.989,34 euros de subsídios relacionados com a exploração da Instituição, referentes às Entidades descritas no ponto 10.3.

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras Entidades

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3. Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram as seguintes Entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- DGESTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- POCTEP
- Tricentenaire – Erasmus
- INR
- Município da Guarda (RSI)

- Donativos diversos.

11. Instrumentos financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

A Entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros, nomeadamente as rubricas de Créditos a receber, Fornecedores, Outros passivos financeiros, Financiamentos obtidos e Investimentos financeiros, encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

11.2. Dívidas à Entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre Entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

11.3. Dívidas da Entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviços;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a Entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

Ver notas seguintes.

11.4. A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

11.4.1. Clientes/Fornecedores/Créditos a receber/Outros passivos correntes/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de Clientes/Fornecedores/Créditos a receber/Outros passivos financeiros e Pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Créditos a receber - não corrente	195 768,31 €	0,00 €	195 768,31 €	1 150 303,18 €	24 600,00 €	1 125 703,18 €
Clientes e utentes (créditos a receber)	76 035,89 €	0,00 €	76 035,89 €	63 379,34 €	0,00 €	63 379,34 €
Créditos a receber - corrente	3 469 377,84 €	0,00 €	3 469 377,84 €	1 962 937,53 €	0,00 €	1 962 937,53 €
Total do Activo.....	3 741 182,04 €	0,00 €	3 741 182,04 €	3 176 620,05 €	24 600,00 €	3 152 020,05 €
Passivos						
Fornecedores	59 581,48 €	0,00 €	59 581,48 €	68 142,18 €	0,00 €	68 142,18 €
Outros passivos correntes	586 818,96 €	0,00 €	586 818,96 €	300 943,76 €	0,00 €	300 943,76 €
Total do Passivo.....	646 400,44 €	0,00 €	646 400,44 €	369 085,94 €	0,00 €	369 085,94 €

11.4.2. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Financiamentos obtidos” do passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos a longo prazo	50 135,76 €	1 207 985,10 €	1 258 120,86 €	48 197,36 €	751 802,64 €	800 000,00 €
Total	50 135,76 €	1 207 985,10 €	1 258 120,86 €	48 197,36 €	751 802,64 €	800 000,00 €

Em dezembro de 2022 foi contraído um financiamento de médio e longo prazo com maturidade a quinze anos e com um período de carência de dois anos, começando a ser reembolsado em janeiro de 2025 e terminando em dezembro de 2037. O referido passivo financeiro vence juros a taxas de mercado, tendo sido contratualizado com um spread de 1%, acrescido da Euribor a 6 meses.

Em setembro de 2025 foi contraído um novo financiamento de médio e longo prazo com maturidade a doze anos e com um período de carência de 6 meses após o termo de utilização de 12 meses, começando a ser reembolsado em abril de 2027 e terminando em dezembro de

2037. O referido passivo financeiro vence juros a taxas de mercado, tendo sido contratualizado com um spread de 0,65%, acrescido da Euribor a 6 meses.

11.4.3. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Investimentos Financeiros”, apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubrica	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos Financeiros						
* Títulos de capital CA	500,00 €	0,00 €	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
* Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	816,35 €	0,00 €	816,35 €	816,35 €	0,00 €	816,35 €
* Fundo Compensação do Trabalho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 820,14 €	0,00 €	16 820,14 €
Total	1 316,35 €	0,00 €	1 316,35 €	17 636,49 €	0,00 €	17 636,49 €

11.4.4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3 380,08 €	10 126,30 €
Depósitos à ordem	1 438 202,71 €	625 468,40 €
Depósitos a prazo	861 000,00 €	1 570 500,00 €
Total	2 302 582,79 €	2 206 094,70 €

A Instituição é titular de uma conta bancária na CGD a qual não tem reflexo nos registos contabilísticos por respeitar a valores de utentes à guarda da CERCIG cuja gestão e movimentação é efetuada por técnica responsável.

12. Benefícios dos empregados

12.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas

O número médio de funcionários durante o período foi de 88, enquanto em 2024 foi de 76. Em 31/12/2025 o número de colaboradores era de 88. O órgão diretivo (Conselho de Administração) é constituído por cinco elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações do Pessoal	1 310 059,95 €	1 181 787,69 €
Indemnizações	599,20 €	0,00 €
Encargos sobre remunerações	274 318,91 €	247 625,69 €
Seguros de acidentes de trabalho	10 441,15 €	11 506,63 €
Outros gastos com o Pessoal	31 685,85 €	34 060,79 €
Total.....	1 627 105,06 €	1 474 980,80 €

12.2. Compromissos existentes em matéria de pensões

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

12.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

a) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os membros dos Órgãos Diretivos não são remunerados por tais funções.

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 13 de março de 2026.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Influenciando as contas do período, verificamos os condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica, geopolítica e comercial, nomeadamente o aumento consecutivo dos preços dos combustíveis, eletricidade e dos bens alimentares e de higiene e limpeza, entre outros. Nestes termos, a Instituição irá continuar a analisar e promover medidas que possam mitigar este impacto contínuo de custos.

Destaca-se ainda que a inexistência de efeitos significativos ao nível das áreas das contas sujeitas a julgamento e incerteza de estimativa, nomeadamente, entre outras: mensurações ao justo valor; imparidades de ativos; avaliação das perdas esperadas nos créditos; mensuração e reconhecimento do crédito; e requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras. Também

não se verificaram quaisquer incumprimentos contratuais, de contratos onerosos e planos de reestruturação.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

14.1. Situação tributária e contributiva

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras divulgações

15.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

15.1.1. Diferimentos

A conta de diferimentos do ativo corrente engloba gastos com seguros e outros gastos a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2026, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios) e de forma consistente com os exercícios transatos.

Relativamente à rubrica de diferimentos do passivo corrente, refere-se a subsídios à exploração, nomeadamente a termos de aceitação de candidaturas que vão ser reconhecidas em rendimentos em anos futuros, de forma balanceada com os respetivos gastos relacionados e a incorrer também nesses exercícios, na sequência do âmbito plurianual dos mesmos e de acordo com o princípio do acréscimo.

15.1.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o valor acrescentado	215 501,34 €	0,00 €	215 501,34 €	60 450,70 €	0,00 €	60 450,70 €
Total do activo.....	215 501,34 €	0,00 €	215 501,34 €	60 450,70 €	0,00 €	60 450,70 €
Passivos						
Retenção de impostos s/ rendimento	7 634,92 €	0,00 €	7 634,92 €	8 133,85 €	0,00 €	8 133,85 €
Imposto sobre o valor acrescentado	189 280,38 €	0,00 €	189 280,38 €	47 776,95 €	0,00 €	47 776,95 €
Contribuições p/ Segurança Social	32 036,71 €	0,00 €	32 036,71 €	28 879,82 €	0,00 €	28 879,82 €
Outras tributações	102,84 €	0,00 €	102,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do passivo.....	229 054,85 €	0,00 €	229 054,85 €	84 790,62 €	0,00 €	84 790,62 €

15.1.3. Outros gastos / Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as rubricas da demonstração dos resultados de “Outros gastos” e “Outros rendimentos” apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Outros gastos		
* Impostos	2 116,76 €	2 533,11 €
* Dívidas incobráveis	21 758,78 €	0,00 €
* Correções relativas a períodos anteriores	17 212,88 €	1 653,73 €
* Donativos	4 329,86 €	0,00 €
* Quotizações	1 452,00 €	1 544,00 €
* Multas e penalidades	0,41 €	3 060,44 €
* Subsídios, donativos, bolsas de estudo	277 093,29 €	257 685,87 €
Total.....	323 963,98 €	266 477,15 €
Outros rendimentos		
* Rendimentos em investimentos não financeiros	338,26 €	2 519,50 €
* Correções relativas a períodos anteriores	7 600,12 €	836,35 €
* Imputação de subsídios ao investimento	49 574,97 €	48 399,04 €
* Ganhos em outros instrumentos financeiros	1,14 €	0,00 €
* Restituição de impostos	6 899,94 €	12 841,22 €
* Outros não especificados	8 523,60 €	6 960,74 €
Total	72 938,03 €	71 556,85 €

15.1.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e serviços externos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2025	31/12/2024	Varição
Serviços especializados			
* Trabalhos especializados	335 050,33 €	319 489,90 €	15 560,43 €
* Publicidade e propaganda		0,00 €	0,00 €
* Honorários	121 578,49 €	101 684,93 €	19 893,56 €
* Comissões		104,78 €	-104,78 €
* Conservação e reparação	70 127,04 €	57 501,55 €	12 625,49 €
Materiais			
* Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	22 334,33 €	39 718,96 €	-17 384,63 €
* Material de escritório	4 183,26 €	6 958,64 €	-2 775,38 €
* Artigos para oferta	958,40 €	635,23 €	323,17 €
Energia e fluidos			
* Electricidade	43 352,08 €	50 568,89 €	-7 216,81 €
* Combustíveis	50 442,89 €	55 588,68 €	-5 145,79 €
* Água	16 867,96 €	12 505,40 €	4 362,56 €
* Gás	36 833,59 €	32 846,77 €	3 986,82 €
Deslocações, estadas e transportes			
* Deslocações e estadas	4 825,24 €	9 811,99 €	-4 986,75 €
Serviços diversos			
* Rendas e alugueres	335,97 €	1 047,86 €	-711,89 €
* Comunicação	3 915,94 €	3 649,79 €	266,15 €
* Seguros	15 798,60 €	15 502,00 €	296,60 €
* Limpeza, higiene e conforto	47 379,77 €	40 003,11 €	7 376,66 €
* Outros encargos com os Utentes	24 230,96 €	13 729,48 €	10 501,48 €
Total	798 214,85 €	761 347,96 €	36 866,89 €

15.1.5. Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício:

Valências	Nº Médio de Utentes
VE - Valência Educativa	2
CACI I - Centro de Atividades e capacitação para a Inclusão	30
CACI II - Centro de Atividades e capacitação para a Inclusão	30
FP - Formação Profissional	36
CRI - Centro Recursos Inserção	190
ATL - Atividades Tempos Livres	4
RSI - Rendimento Social de Inserção	453
IP - Intervenção Precoce	75
SAD - Serviço Apoio Domiciliário	15
Residência Autónoma Feminina	5
Residência Autónoma Masculina	5
Lar Residência e Residência Autónoma	29
Residências Autónomas - Quinta	10
Residências de Apoio à Formação	17
SAD - Serviço Apoio Domiciliário - Maçainhas	33
Centro de Dia - Maçainhas	8
POAPMC	633
Total	1575

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Administration members:
João Pinheiro
Paula Machado
Nome Anterior ao Cópia

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant
CC. Nº 58143

Relatório de Auditoria



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS
SOCIIDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Handwritten signature

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CERCIG – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS – GUARDA, C.R.L.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 13.572.549 euros e um total dos fundos patrimoniais de 11.185.813 euros, incluindo um resultado líquido de 344.324 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CERCIG – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS – GUARDA, C.R.L.** em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro, relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº 16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: josonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

João

Outras Matérias

1. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram objeto de auditoria por outros auditores, tendo-se, no entanto, obtido prova de auditoria suficiente e apropriada sobre os saldos de abertura.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

2

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 615 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 176 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º 16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Handwritten signature of J. Nunes.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

3

Sede
Rua Baixinha Reis, n.º 81
8300 - 665 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: va@visroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - Ed. Mond - Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº 16
3500 - 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 18 de Março de 2026

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780
registo na CMVM com o n.º 20160413

4

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 31
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 – 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º 16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos do art. 46º alínea e) dos Estatutos da CERCIG, vem o Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório e Contas do exercício de 2025, que foram submetidas à nossa apreciação pelo Conselho de Administração e que compreendem:

- Relatório de Gestão;
- Balanço;
- Demonstração de resultados por naturezas;
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

Procedemos à análise das demonstrações financeiras que apresentam um resultado líquido positivo de 344.323,52 euros, um total de ativo líquido de 13.572.549,48 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.185.812,61 euros e respetivos documentos de suporte com a profundidade adequada às circunstâncias, encontrando-se os mesmos em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Acompanhámos com regularidade o desenrolar da atividade e diligências efetuadas pela Instituição, tendo recebido do Conselho de Administração todos os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efetuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgámos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.

Não tomámos conhecimento da violação de quaisquer normas legais ou estatutárias.

Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas rececionamos e apreciámos o documento de Certificação Legal das Contas sem Reservas e sem Ênfases e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria.

Em face do exposto somos de parecer que a Assembleia-geral delibere favoravelmente:

A aprovação do Relatório e Contas referentes ao exercício de 2025;

A aprovação da Proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Guarda, 23 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Ana Raquel Pires Afonso

Handwritten signature of Ana Raquel Pires Afonso.

Marisa Leonor Gomes Gil Brites

Handwritten signature of Marisa Leonor Gomes Gil Brites.

Marco Alexandre da Silva Loureiro

Handwritten signature of Marco Alexandre da Silva Loureiro.